

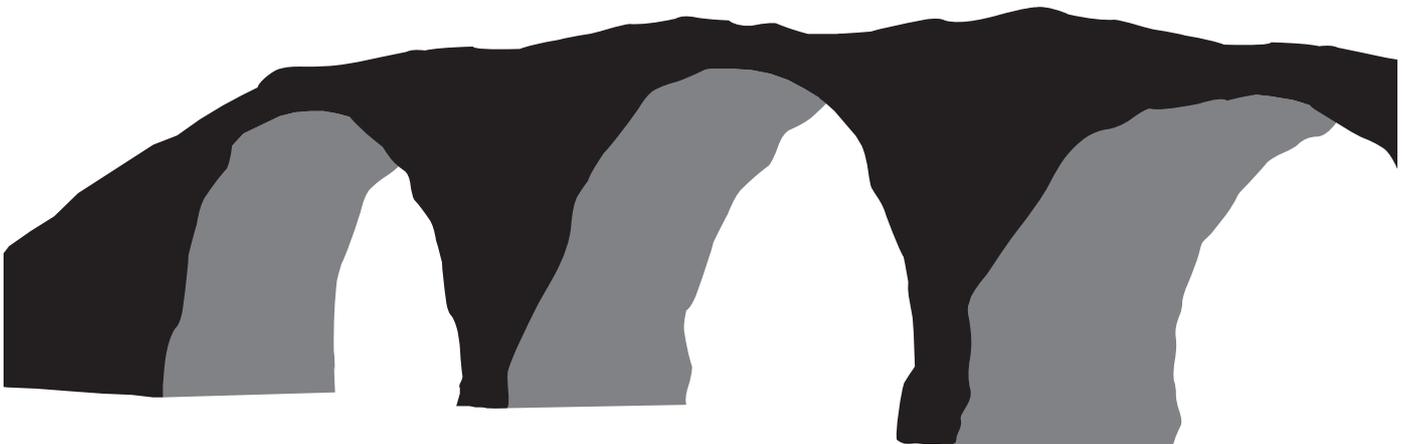
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 4 | Número 2 | Julho – Dezembro 2010

ISSN 1981-5875

**ARQUEOLOGIAS HISTÓRICAS:
UM PANORAMA ESPACIAL E TEMPORAL**

Diogo M. Costa



ARQUEOLOGIAS HISTÓRICAS: UM PANORAMA ESPACIAL E TEMPORAL

Diogo M. Costa¹

Resumo

A construção de uma ciência Arqueológica Histórica perpassa inúmeros estágios, desde definições multidisciplinares até abordagens mais interdisciplinares. Porém, uma questão mantém-se: Por que praticar arqueologia quando existem outras fontes de informação histórica? Olhando por este ângulo, este artigo apresenta uma retrospectiva espacial e temporal de algumas arqueologias históricas no mundo e uma reflexão sobre velhas e novas tendências teóricas na área.

Palavras-chaves: Arqueologia Histórica, Espacialidade, Temporalidade, Teoria.

Resumen

La construcción de una ciencia Arqueológica Histórica transcurre por incontables prácticas, desde definiciones multidisciplinares hasta abordajes más interdisciplinares. Sin embargo, una cuestión se mantiene: Por qué practicar arqueología cuando existen otras fuentes de información histórica? Mirando por este ángulo, este artículo presenta una retrospectiva espacial y temporal de algunas arqueologías históricas en el mundo y una reflexión sobre viejas y nuevas tendencias teóricas en el área.

Palabras-llaves: Arqueología Histórica, Espacialidad, Temporalidad, Teoría.

Abstract

The construction of Historical Archaeology contains numerous stages, from multidisciplinary definitions to interdisciplinary approaches. Yet, one question remains: why should one practice archaeology when other sources of historical information are available? Examining this intersection, this paper illustrates historical archaeologies around the globe and discusses old and new trends in the field.

Key-words: Historical Archaeology, Space, Time, Theory.

¹ PhD pela University of Florida, dmcosta@ufl.edu, RID-A-1847-2010.

O presente artigo tem por finalidade apresentar um panorama da arqueologia histórica mundial, tanto no seu âmbito espacial e temporal, quanto pelos seus vários aportes teóricos. Pretende-se com isso situar o leitor em diversas práticas de uma arqueologia historicamente constituída, na qual não só os objetivos a serem alcançados tornam-se múltiplos, mas também as inúmeras formas do fazer arqueológico, que se adéquam tanto quanto transformam o seu próprio tempo.

Na primeira parte do texto é apresentada uma reflexão sobre o caráter multi e interdisciplinar da arqueologia, e em específico da arqueologia histórica. São tratadas aqui diferentes perspectivas ou abordagens pelas quais os estudos materiais de tempos historicamente conhecidos adquirem valor científico. Esta argumentação é um primeiro passo para a desconstrução dos vários “rótulos” pelos quais a arqueologia histórica torna-se por muitas vezes conhecida, e em não tão poucas vezes depreciada.

Na segunda parte diversas experiências mundiais de investigações da cultura material em locais e períodos distintos são apresentadas. O intuito não é fazer uma comparação ou mesmo validação destas experiências, mas sim referenciar essas práticas como uma ampla heterarquia de investigação a ser percebida. O caso específico do Brasil serve como exemplo, com sua variedade de temas e possibilidade de ações e combinações neste mosaico de informações.

Na terceira parte um antigo dilema teórico e metodológico é discutido, e com isto abre-se o campo para uma reflexão sobre as diferentes abordagens pelas quais as investigações materiais de períodos oral, textual ou iconograficamente documentados são realizadas. Aqui, diferentes escolas na arqueologia histórica são apresentadas como representação da pluralidade de pensamentos, instrumento fértil para o crescimento de qualquer ciência.

Por fim, a abordagem da arqueologia histórica é conduzida até o nosso mundo contemporâneo como uma ferramenta de estudo da civilização ocidental moderna. Mundo moderno este que não é somente limitado por uma herança européia, mas sim construído e modificado diariamente pela globalidade e multiplicidade de suas ações e reações.

Multi e Interdisciplinaridade na Arqueologia Histórica

Desde o período Iluminista a moderna construção do conhecimento vem rotulando e dividindo o saber. O ápice desta dicotomia suporta-se em uma separação quase metafísica entre as “verdades de fé” e as “verdades científicas”. Essa separação torna-se ainda mais forte com a promulgação da teoria da Evolução no século XIX, que, embora rompa com antigos paradigmas, também estabelece novas formas de ver o mundo, agora conduzidas por uma perspectiva onde o presente não é mais reflexo de um passado imutável. A perspectiva evolucionista é também aplicada a várias formas de ciência, e na arqueologia vai contribuir na

sua separação da história com os trabalhos de Thomsen e seus estudos tipológicos, e Worsaae e seus estudos estratigráficos (Trigger, 2004). Do outro lado a decadência da história textual – ou a história baseada somente em textos escritos – também ocorre neste período com a contribuição da geologia e biologia no entender do passado humano. A especialização empírica da ciência é recorrente neste período, o que garante em cada campo do conhecimento um objeto de estudo absoluto, resultando na construção de um corpo disciplinar próprio e claro na segmentação da academia. Sem fugir à regra, a arqueologia enquanto ciência torna-se restrita à “ciência do antiquário”, enraizada por uma perspectiva material e por sua relação intensa com o trabalho de campo.

A arqueologia histórica é um exercício de construção do passado, mas ao mesmo tempo é uma ferramenta de desconstrução do presente. Com uma identidade por muitas vezes questionada, a arqueologia histórica acaba por ser rotulada de diversas maneiras,² o que não deixa de ser uma clássica perpetuação da histórica divisão do conhecimento apresentada acima. Fugindo de reducionismos Anders Andrén em sua referencial obra *Between Artifacts and Texts: Historical Archaeology in Global Perspective* (1997) apresenta cinco razões para o estudo material de períodos históricos e documentados. Aqui neste texto pretendemos apresentar ao leitor estas diretrizes de forma um pouco mais condensada e objetiva, mas, claro, preservando o diálogo e nos permitindo ao comentário.

A primeira razão apresentada por Andrén (1997) é a necessidade sensorial e quase literal de tocar o passado, o que neste caso faz da cultura material um elemento essencial em certos estudos, como, por exemplo, o arquitetônico. Na pesquisa arquitetônica a observação do “concreto” em prédios, obras de arte, monumentos, enfim todo o espaço construído pelo homem é, sem dúvida, a melhor forma de se entender um estilo.³ Este tipo de conhecimento sobre os tipos arquitetônicos nasce com os trabalhos de Leon Battista Alberti e sua documentação dos estilos arquitetônicos no período Renascentista (Strickland, 2003). Alberti propôs com esta perspectiva que o modelo estilístico de uma edificação, seja ele qual for, não é tão importante para o entendimento de uma construção quanto o sentido estilístico que esta também proporciona, como no interior ou exterior de um prédio por exemplo. Esta percepção faz com que a cultura material exerça um poder visual sobre seu interlocutor e também físico, de aproximação, e, no caso das edificações, até mesmo de imersão.

2 Como: “ciência auxiliar da história” (Harrington, 1955), “laboratório da pré-história” (Shuyler, 1978), “serva da história” (Deagan, 1982), “filha ilegítima da arqueologia e da história” (Hodges e Whitehouse, 1983), “prima pobre da pré-história” (Little, 1994).

3 Entende-se por estilo todo um conjunto bem definido de elementos arquitetônicos (Koch, 2001).

Outro exemplo do poder estético da cultura material ocorre com os trabalhos de Brunelleschi no mesmo período, que para fazer suas construções estudava detalhadamente antigas ruínas romanas. Em suas pesquisas Brunelleschi chegava até mesmo a escavar antigas ruínas semi-enterradas, e, assim como Donatello, recebeu o apelido de “homem do tesouro” (Strickland, 2003). Nesta perspectiva o que a cultura material estabelece é sua presença em si, e este uso didático da materialidade em períodos históricos é amplamente utilizado até hoje em diversas exposições museológicas, sejam históricas ou artísticas, só para citar alguns exemplos. Em resumo, o que podemos ter em mente sobre a cultura material é seu poder como suporte de informação, seja em um período com ou sem escrita, e, no primeiro caso, sua independência e relação sensorial com o sujeito.

A segunda razão apresentada por Andrén (1997) vem muitas vezes da necessidade de entender a linguagem através de um estudo filológico.⁴ Desde seu princípio no século XIX a pesquisa arqueológica em civilizações antigas no Norte da África, no Oriente Médio e na América Central tem contribuído de forma decisiva para o entendimento de línguas extintas. Plaquetas cuneiformes, inscrições védicas e hieróglifos egípcios e maias são absolutamente relevantes para os estudos filológicos. Por outro lado a arqueologia clássica teve seu nascimento intimamente associado com a procura de textos, sendo que o Grego e o Latim muitas vezes só foram realmente compreendidos em associação com contextos arqueológicos. A representação pictórica sobre um suporte material foi uma chave deste estudo, pois sem uma equivalência entre diversas línguas era necessário um mediador, como um objeto.

Outro exemplo é a importância do espaço físico para o estudo da língua, como no caso da Indo-Européia, que, através de relações entre nomes e lugares, principalmente cemitérios, conseguiu estabelecer a dispersão de diversas culturas. Aqui o estudo toponímico integra não só o físico, concretizado no espaço natural ou antrópico, mas também o temporal, dando ao lugar seu nome próprio (Sousa, 2010). Nestes casos a filologia é intimamente ligada ao material, primeiro porque toda a forma de escrita precisa de um suporte físico, e segundo porque a língua, a fala ou a idéia só perduram sem seus praticantes quando estas se concretizam de alguma forma em algum suporte material.

A terceira razão apresentada por Andrén (1997) é a condição da cultura material como suporte para a memória, ou o valor histórico dos objetos, que no caso da arqueologia é representada pelos seus vestígios. Desde Heródoto a cultura material sempre teve um importante papel na reconstrução de fatos históricos. Para ele a história era dividida em “evento” e “monumento”, onde o evento era o fato histórico em si ou a ação, e o monumento a sua concretização no espaço

4 É o estudo da linguagem em todos os seus tipos de suporte, incluindo as fontes escritas (Carvalho, 2003).

ou reação. Durante a Idade Média, porém, os artefatos adquirem outro status, sendo não somente a representação de fatos passados, mas também sua ilustração, ou quase o fato em si. Nesta transformação surgem os “Gabinetes de Curiosidades”⁵ em castelos e igrejas. Estas coleções, além do caráter educativo, também possuíam um caráter místico e até mesmo econômico. É nesta perspectiva que surge o colecionismo ou antiquarismo, com a busca pelo exótico, pelo diferente ou simplesmente pelo desconhecido.

O século XIX, como visto anteriormente, desconectou a história escrita dos objetos em uma forma artificial de especialização do conhecimento. Entretanto esta ligação foi retomada mais tarde com o movimento da Escola dos *Annales* na metade do século XX⁶. Com a Nova História a disjunção entre história escrita e o meio físico é desfeita, e diversos “documentos” históricos ressurgem como paisagens, instituições e culturas. A principal crítica levada à frente por Febvre, Bloch e companhia é de que a escrita é um código elitista, por e para a elite; assim, para se ter acesso aos outros segmentos marginalizados da sociedade, é necessário o estudo de outras fontes não “convencionais” de informação histórica. A cultura material toma a vez, não somente como mais um suporte diferente de informação, mas muitas vezes como um veículo inconsciente onde ficam registradas diversas e rotineiras práticas (Burke, 1992).

A quarta razão para o estudo da cultura material em períodos documentados apresentado por Andrén (1997) é a possibilidade de se fazer uma etnografia com objetos. Esta abordagem antropológica nasce em atividades de campo, onde fica demonstrado que a cultura material é um importante objeto de análise, e não somente a observação participativa ou mesmo a análise do discurso são os únicos “informantes” das práticas sociais. A antropologia adquire um poder real como ciência somente no final do século XIX, quando esta se torna instrumento do processo colonialista Europeu. Porém diferente do informante antropológico, o qual é fácil se identificar a autoria de um texto ou gesto; o objeto arqueológico passa por um processo de anonimato onde sua produção e uso por muitas vezes é uma incógnita. Criado desde 1882 por Hildebrant (Baudou, 2010), o termo cultura material só obtinha valor antropológico quando era aplicado em estudos de parentesco, mitos e costumes. Hoje, a arqueologia se apropriou do termo e o emprega nas mais variadas formas, como produto da ação humana.

A cultura, assim como a sua materialidade, também impactou de forma decisiva os estudos antropológicos. Primeiro trazendo para o debate interno a

5 Os gabinetes de curiosidades eram coleções enciclopédicas de objetos durante o período Renascentista Europeu; abrangendo desde supostos esqueletos de sereias e artefatos religiosos até amostras de minerais e retratos em pintura.

6 A *École des Annales* foi um movimento historiográfico Francês que surgiu em 1929 sobre o patrocínio de Lucien Febvre e Marc Bloch, e tinha como prerrogativa romper com a visão positivista, progressista e evolucionista da história.

questão do outro, quando o olhar sobre as outras culturas e, claro, sua representação física, passa de fora para dentro. Neste momento a própria antropologia na Europa se divide, seguindo de um lado estudos mais direcionados ao folclore, onde o alvo torna-se a sua própria sociedade; de outro a etnologia, onde o alvo se mantém nas outras sociedades, que, neste caso específico, são as não europeias. Neste período a cultura material também é usada para preencher as lacunas que os estudos antropológicos não conseguem alcançar, porém esta acaba por muitas vezes gerando um conflito, já que nem todas as manifestações podem ser entendidas como reflexo de um comportamento (Trigger, 2004).

A quinta e última razão apresentada por Andrén (1997) para o estudo da cultura material em tempos históricos é, quase obviamente, a arqueológica. Porém aqui a arqueologia histórica funciona como laboratório para uma analogia entre a pré-história e a história. Neste exemplo, um estudo material do passado recente serve como referência para entendermos passados mais remotos a partir da relação entre o objeto e o homem. É claro, entretanto, que sem a sociedade viva para animar estes objetos o artefato passa a ser vestígio e a analogia torna-se um exercício inócuo sem um mínimo objetivo para o que se destina. Enquanto refinamento da própria arqueologia, o estudo material de um passado mais recente adquire enorme valor. Porém, desconsiderar que o objeto em si também possui suas próprias qualidades de informação é desconhecer não só método, mas também a teoria na arqueologia.

Alguns exercícios perpassam desde a construção de uma etnoarqueologia em tempos históricos, como os trabalhos realizados por Shanks e Tilley (1992) e Rahtje (1992), que desenvolveram tanto a “tipologia das latas de cerveja” quanto à “arqueologia do lixo”, respectivamente. Todavia a analogia homem e objeto é uma relação que não possui limites, sejam eles espaciais ou mesmo temporais. O estudo da cultura material em tempos históricos em si, e como visto exaustivamente acima, possui um valor inquestionável. Contudo, o que é questionado muitas vezes é sua prática, ou de quando e até quanto é o limite histórico, ou se e como existe uma arqueologia da contemporaneidade.

Diversas são as definições de arqueologia histórica, desde conceitos antigos como: “o estudo dos remanescentes materiais de qualquer período histórico” (Shuyler, 1978); “a arqueologia do impacto do pensamento europeu sobre as culturas locais desde o século XV” (Deetz, 1996); “a pesquisa dos vestígios materiais do passado remoto e recente em relação com o documento escrito e sua estratigrafia” (Hume, 2001); “todos os estudos que usam tanto dados arqueológicos como históricos” (South, 2002). Até abordagens mais recentes como uma “arqueologia do capitalismo” (Leone e Potter, 1999), “arqueologia do mundo moderno” (Orser, 1996), ou uma “arqueologia sobre todos os grupos com escrita” (Funari, Jones *et al.*, 1999), só para citar alguns. Porém, assim como diversas são

as teorias sobre o que vem a ser a arqueologia histórica, diferentes também são as práticas às quais esta ciência é submetida. Como exemplo, vamos explorar a seguir diversas arqueologias “históricas ou não” realizadas pelo mundo.

Arqueologias Históricas em um Panorama Mundial

As arqueologias históricas ou não vêm sendo praticadas já há um longo período e em diversas partes do mundo. O que pretende-se aqui apresentar de forma geral e ampliada é a base já estabelecida por Anders Andrén (1997) de alguns exemplos de como a cultura material, principalmente em períodos históricos, vêm sendo estudada em diversos locais do mundo, incluindo: Europa, Ásia, África, Américas e Oceania. Esta demonstração não é e nem pretende ser uma enciclopédia sobre a arqueologia mundial, mas sim uma ferramenta de estudo para auxiliar tanto as construções que foram feitas, como as que estão por vir. Da mesma forma, como os dados a serem apresentados foram retirados de diversas e disponíveis fontes, não há a pretensão de cobrir a totalidade dos assuntos. Sendo assim, sugiro que, em caso de interesse em aprofundar os estudos sobre o tema, os leitores busquem por outras fontes mais específicas, e, em caso de dúvidas, que procurem o contexto no qual o texto original foi escrito.

Na Europa um mosaico de tradições sobrepostas é a regra, começando com a arqueologia clássica e depois ramificado em arqueologias das províncias romanas, arqueologia bizantina, arqueologia medieval, e finalmente arqueologia pós-medieval. Estes diferentes segmentos do que podemos chamar uma arqueologia “histórica” europeia foram criados em decorrência principalmente dos diferentes períodos de “profissionalização” que arqueologia teve na Europa. Até a segunda guerra mundial, por exemplo, a arqueologia clássica sempre recebeu destaque por parte dos Estados, que viam na exploração dos antigos monumentos uma associação direta com a propaganda política nacionalista. Os exemplos da Alemanha Nazista e da Itália Facista (Arnold, 2008) são os melhores, entretanto após a segunda guerra o classicismo quase desaparece, ficando marginalizado devido à nova ordem que se estabelece.

A arqueologia clássica surge em meados do século XVII como um estudo que provia modelos estéticos e morais para o presente. O período grego e romano era definido como uma busca pela democracia, filosofia, e beleza, sendo que sua expressão material alimentou e muito o classicismo europeu (Alcock e Osborne, 2007). Porém, com a emergência de uma perspectiva evolucionista e de um nacionalismo exarcebado, herança do período de formação dos Estados Nacionais, o interesse nos períodos clássicos muda, sendo as escavações arqueológicas institucionalizadas e controladas pelas potências europeias. Entretanto, diversas escavações que antes haviam sido conduzidas somente para a recuperação de textos, devido a uma explosão de cultura material adquirem uma visão também

sobre o cotidiano (Dyson, 2006).

A arqueologia medieval é outro exemplo de arqueologia histórica praticada na Europa, nascida como uma antítese à arqueologia clássica teve por muito tempo o rótulo de estudo do “período de declínio”. Na prática a arqueologia medieval sempre foi praticada em certas partes da Europa que não tiveram ocupação Romana, como na Alemanha, Suécia, Escandinávia e em toda a Europa Oriental (Austin, 1997). Por volta do século XVIII o interesse na arqueologia medieval começa a elevar-se em consequência dos estudos de restauração das construções góticas. Os restauradores no período procuravam pela pureza do estilo arquitetônico, e para isto escavavam os monumentos e seu entorno. Esta aplicação prática da arqueologia por sua vez resultava em um conhecimento material dos monumentos e do período medieval. Assim como o ocorrido com a arqueologia clássica, o estudo material do medievo foi somente sistematizado na segunda metade do século XIX (Gerrard, 2002).

Diferentemente do caminho seguido pela arqueologia clássica, o crescimento da arqueologia medieval só ocorreu após a segunda guerra mundial, com a profissionalização e institucionalização da disciplina, em grande parte devido à reconstrução do pós-guerra. Embora em determinados momentos a arqueologia medieval, assim como ocorreu com a arqueologia clássica, tenha sido utilizada no discurso nacionalista, seu foco na Europa sempre foi mais arquitetônico. Por outro lado a arqueologia pós-medieval, que seria o equivalente à arqueologia histórica nas Américas, só vai ter um crescimento significativo nos últimos 40 anos, quando, se antecipando a outros países, a Inglaterra funda em 1966 uma associação dedicada ao assunto, sendo seguida logo na década posterior de outra sociedade sobre a temática da arqueologia industrial. A arqueologia pós-medieval nasce na Inglaterra primeiro com uma atenção antiquarista e museográfica devotada às louças. Por inúmeras vezes estas pesquisas eram conduzidas por colecionadores, que concomitantemente investigavam as suas antigas fábricas. Outras categorias materiais já não tiveram a mesma dedicação, sendo o vidro, por exemplo, descartado no primeiro momento em predileção aos cachimbos e mesmo ao metal pouco trabalhado. Quanto às áreas pesquisadas, a arqueologia pós-medieval apresenta à Inglaterra um novo olhar sobre a arquitetura vernácula com casas simples de fazendas ou nas cidades e em espaços públicos como teatros e jardins, ou até sobre períodos mais recentes como uma arqueologia da Primeira e Segunda Guerras e da Guerra Fria (Egan, 2009).

Na Alemanha a arqueologia pós-medieval vai ter um crescimento tardio, primeiro pela herança Nazista extremamente empiricista e focada na pré-história, e depois por um sentimento revisionista da Segunda Guerra que nasce somente na década de 1970. Tal como em outros países o início da arqueologia pós-medieval na Alemanha vai ocorrer com os estudos sobre centros urbanos, e em especial

de arqueometria sobre a indústria da louça e do vidro. Na França a arqueologia pós-medieval adota uma visão mais regionalista, sendo poucas as sínteses nacionais e esporádicas as pesquisas sobre centros urbanos até a década de 1980. Na arqueologia francesa, porém, a divisão entre arqueologia medieval e pós-medieval não é muito clara, sendo que por muitas vezes a prioridade é dada à história e à geografia, que, mais dinâmicas, não obedecem limites de tempo ou espaço, e principalmente de fontes. A Itália é o único país Europeu fora a Inglaterra que possui um jornal dedicado à arqueologia pós-medieval, tendo seus estudos centralizados nas arqueologias urbana e renascentista. Enquanto na Escandinávia a arqueologia pós-medieval concentra-se em estudos sobre centros urbanos e industriais, nos Países Baixos ainda fica restrita aos trabalhos de salvamento e resgate, e na Europa Oriental vinculada aos antigos estudos de “cultura material” prerrogativas das concepções Marxistas e etnográficas de história (Courtney, 2009).

A arqueologia no Oriente Médio e África, assim como na Europa, são também um mosaico formado pela assiriologia, arqueologia bíblica, arqueologia islâmica e egiptologia. No entanto, grande parte destas “arqueologias” foram criadas pelos interesses econômicos e políticos das potências Europeias durante o período de colonização (Pollock e Bernbeck, 2005). A arqueologia na Mesopotâmia, hoje Iraque, nunca teve um grande impacto na Europa como a do Egito, embora diversos viajantes europeus tenham cruzado a área nos séculos XVII e XVIII. Foi somente no segundo quartel do século XIX que alguns diplomatas começaram a executar escavações na área. Durante este período algumas missões também foram realizadas, primeiro patrocinadas pela Alemanha e depois pelos Estados Unidos. Contudo, é no período pós Segunda Guerra que algumas mudanças vão ocorrer, com o surgimento de uma arqueologia iraquiana e o trabalho fundamental de Mortimer Wheeler (Matthews, 2003). Porém, após 1950 a colonização arqueológica toma a frente mais uma vez, primeiro com missões conduzidas pela ocupação russa, e depois pela norte-americana.

A arqueologia bíblica é outro exemplo de arqueologia no Oriente Médio, tendo começado no início do século XVIII com os sistemáticos estudos europeus de paisagens e ruínas. Inúmeras sociedades de arqueologia bíblica proliferaram após 1870, tendo a primeira escavação ocorrido em 1890. No início do século XIX duas tradições na arqueologia bíblica se estabelecem: uma europeia de corrente mais secular e outra norte-americana com uma postura mais fundamentalista. Apesar das diferenças, estas duas correntes têm um só objetivo: o monumental, ou seja, investigar apenas referências citadas em documentos religiosos como Jericó (Moorey, 1991). Embora a arqueologia bíblica perdure fortemente até hoje, mudanças também ocorrem em sua principal área de estudo, como a criação do estado de Israel em 1948 e o surgimento de uma arqueologia israelense. Como exemplo, o trabalho conduzido por Yigael Yadin na década de 1960 em Massada

é uma referência fundamental e nacional na área (Cline, 2009).

Já através da arqueologia egípcia, nascida com a campanha de Napoleão entre 1798 e 1801, inúmeros monumentos e inscrições foram registrados e milhares de artefatos recolhidos. Entretanto, nem com este enorme esforço o público na época deixou de elevar vangloriar/valorizar a herança européia greco-romana, e, assim, mesmo enchendo museus no século XIX, o Egito faraônico ficou legado a um status inferior por décadas. Sua redescoberta vai ocorrer somente no início do século XX, particularmente com os trabalhos de William F. Petrie; incluindo também a descoberta da tumba de Tutancâmon e o busto de Nefertiti. Porém, uma arqueologia legitimamente egípcia vai acontecer só mais tarde, e através de um “nacionalismo faraônico” levado adiante por uma minoria étnica {os copta} e em meio a uma sociedade estritamente islamizada social e politicamente. O século XX ainda reservava surpresas para a arqueologia egípcia, pois em meados deste século uma nova onda de escavações estrangeiras começou a surgir, agora promovida por arqueologias empresariais, como o projeto de Aswan em 1960 e as pesquisas inglesas sobre urbanismo em Al-Amarna durante a década de 1970. Hoje, a arqueologia histórica no Egito trabalha praticamente com a desconstrução de mitos e incorporação de textos aos achados arqueológicos, estabelecendo assim uma continuidade histórica na área (Wendrich, 2010).

Já no restante do continente africano percebe-se uma grande mudança de perspectivas. A arqueologia na África subsaariana teve uma distribuição irregular; alguns países virtualmente nunca tiveram uma arqueologia nativa enquanto outros possuem certa tradição. Isto ocorre em parte devido ao conceito europeu e colonialista de que o continente africano sempre esteve atrelado a uma fase inicial da civilização, ou seja, que este nunca possuiu história própria. Conseqüentemente os principais estudos arqueológicos na África subsaariana sempre tiveram como objetivo primordial as investigações pré-históricas (Stahl, 2004). Por outro lado, o “ideário” colonialista também pregava que qualquer manifestação de civilização mais avançada no continente seria sempre obra de migração externa, como Fenícios, Judeus ou Árabes. Ironicamente foram os próprios trabalhos franceses nas cidades africanas da costa oeste, e ingleses no Grande Zimbábwe que, no início do século XX, começaram a mudar esta perspectiva (Hall, 1995).

Todavia, a definitiva mudança ocorreu após a década de 1950, tanto interna como externamente ao continente. Em diversas ex-colônias a história da África foi introduzida como assunto acadêmico, e a tradição oral africana começou a ser estudada como fonte histórica. Na década de 1960 ocorreram algumas escavações patrocinadas pelos estados africanos focando no período do ferro, sendo que muitos trabalhos possuíam um viés estritamente nacionalista. Hoje a arqueologia histórica na África está em pleno crescimento, com trabalhos sendo realizados sobre as evidências de escrita na Núbia e no Império Aksum, sobre as cidades

reais do século IX na costa leste, e sobre as pesquisas em Benin e Cape Colony (Reid e Lane, 2004). Outra característica marcante da arqueologia histórica africana é sua conexão extrema entre cultura material e história oral (Schmidt e Walzsource, 2007).

A arqueologia na Ásia, assim como no Oriente Médio e Norte da África, foi também muito marcada pela atuação estrangeira, primeira europeia e depois norte-americana (Stark, 2006). A arqueologia indiana existe desde o século XVI, quando viajantes europeus já faziam descrições detalhadas de monumentos hindus, particularmente de templos e cavernas. Mas foi somente no início do século XIX que os estudos realmente sistemáticos começaram na área, principalmente devido à ocupação colonial inglesa. Até a segunda metade do século XIX a arqueologia indiana era executada somente por indivíduos sem patrocínio governamental e por iniciativas próprias. Esta fase foi superada após 1861 com o primeiro trabalho patrocinado pelo governo indiano, que executou um levantamento arqueológico ou *Archaeological Survey of India*, sob a direção de Alexander Cunningham [1814-1893]. Este levantamento arqueológico ocorreu principalmente nas regiões sul e oeste do país, e incluía a descrição e caracterização de monumentos de todos os períodos históricos na Índia (Ghosh, 1989).

O início do século XX trás mudanças para a arqueologia indiana com a descoberta das cidades berço da cultura hindu em 1920: Mojendora e Arapa. Houve, porém, uma crise nas décadas de 1930 e 1940 que paralisaram as atividades arqueológicas nestes locais até meados do século. Em 1947 com a independência da Inglaterra inúmeros sítios hindus ficam no redesenhado Paquistão, e a arqueologia indiana mergulha em um processo focado na descoberta de “novos” sítios. A arqueologia indiana teve grande influência da arqueologia inglesa, e, embora hoje os trabalhos ainda não perdurem em uma linha estritamente histórico-culturalista, a diferenciação entre o texto escrito, seja religioso ou não, e o artefato arqueológico está sempre presente (Chattopadhyaya, 2006).

A arqueologia chinesa difere um pouco dos seus predecessores devido a um encontro singular que ocorre entre a ciência ocidental a tradição oriental. A tradição antiquarista na China começa um milênio antes do resto do mundo com a dinastia Sung [960-1279], visto que para os estudiosos da época os artefatos já deviam ser interpretados como complementação de um texto. Uma arqueologia propriamente dita começa somente muito posteriormente, na década de 1920, quando a China recebe estudantes regressos que haviam se especializado na Europa e nos Estados Unidos. Neste período o arqueólogo Li Chi torna-se um expoente ao dedicar-se ao estudo dos primeiros anos da história chinesa (Chang, 1981). Todavia, em 1949, com a criação da República Popular da China, a arqueologia chinesa começa a ser severamente patrocinada e controlada pelo estado. A arqueologia chinesa hoje segue então uma cartilha política com ênfase

nos grandes acontecimentos da história do país, enaltecendo a cultura chinesa e reforçando a unidade nacional (Tong, 1995).

A arqueologia japonesa teve um início também parecido com o da arqueologia chinesa, porém posterior. Os estudos artefatuais do antiquarismo começaram no período Tokugawa [1603-1867], mas foi somente após 1871, com a criação do museu nacional em Tóquio, que a arqueologia japonesa foi definitivamente implantada. Após a derrota de 1945 a arqueologia japonesa começa a focar bem mais nos períodos históricos, e a partir de 1960 a arqueologia histórica no Japão foi estabelecida, só que primeiramente como estudo arquitetônico (Ikawa-Smith, 1982). Hoje a arqueologia histórica japonesa foca muito na formação do estado japonês e na unidade nacional, enquanto grande parte da atenção é devotada à arqueologia empresarial e ao estudo de templos religiosos e cidades imperiais (Ikawa-Smith, 2011).

No continente Americano a arqueologia teve um primeiro apogeu com as culturas pré-colombianas, ou seja, com os estudos sobre os Maias, Astecas e Incas. Entretanto, só posteriormente é que a arqueologia histórica vai ter seu foco abarcando os períodos pós ocupação européia e africana nestas regiões das Américas (Charlton, Fournier *et al.*, 2009). A escrita vem sendo usada no México desde 500 A.C. e continuou até a ocupação espanhola. A conquista de Cortez, porém, zerou a história da região com a destruição de inúmeros monumentos Astecas. Em 1840 pesquisadores ingleses e norte-americanos começaram a explorar a região em busca de cidades perdidas ou não destruídas, e em 1826 foi fundado na Cidade do México um museu. Porém, não foi até a década 1880 que a profissionalização da arqueologia mexicana ocorreu. Durante todo século XX a arqueologia histórica mexicana foi marcada por um cunho nacionalista (Fournier-Garcia e Miranda-Flores, 1992).

Em relação às demais regiões da Mesoamérica e Andes, o desenrolar é outro. Já no início dos primeiros trabalhos na primeira área, duas escolas são formadas na região, uma de orientação mexicana e mais voltada para o estudo do passado nacional Asteca, e outra norte-americana e centrada na cultura Maia e seu desenvolvimento (Joyce, 2004). A arqueologia Inca teve por sua vez diversas semelhanças e algumas diferenças com as escolas Asteca e Maia. Se, por um lado, assim como as culturas Maia e Asteca a civilização Inca também possui monumentos em seu território, de fato os incas nunca possuíram um sistema real de linguagem antes da conquista espanhola de 1532. A independência política do Peru em 1821 levou à criação de um museu nacional em 1826 e à exibição em Lima de diversos achados arqueológicos. Entretanto, durante grande parte do século XIX, a arqueologia peruana foi marcada pela caça ao tesouro. Max Uhle introduziu a profissionalização da arqueologia neste país em meados de 1890; mas foi somente em 1915 que Julio C. Tello introduziu a arqueologia histórica

ou pós-incaica no Peru (Silverman, 2004). Hoje, os estudos sobre o período pós-incaico vêm se intensificando desde a segunda metade do século XX e têm afirmado cada vez mais a arqueologia histórica no país, embora grande parte das expedições ainda seja estrangeira, principalmente norte-americanas e japonesas.

Na América do Norte, assim como na América do Sul e também na Oceania, a pré-condição de uma arqueologia histórica baseada em textos repousa somente no período pós-colonização européia. Este tipo de arqueologia histórica no novo e novíssimo mundo teve origem nos Estados Unidos, e hoje é empregado em grande parte do globo (Hall e Silliman, 2006). A arqueologia histórica na Austrália é conhecida por possuir quatro fases: uma primeira desde meados de 1930 até início de 1960 com trabalhos mais contextuais e de análise material; uma segunda durante as décadas de 1960 e 1970 e que realmente deu início à arqueologia histórica no país junto com a criação da *Australian Society of Historical Archaeology* ou ASHA; a terceira de 1980 a 1990 com foco em sítios arqueológicos e históricos importantes; e a quarta fase pós 1990 que apresenta uma queda de produção (Paterson e Wilson, 2000). Hoje, a arqueologia histórica australiana aparenta superar uma crise. Não que a diminuição de publicações indique uma falta de pesquisas, mas sugere uma reorientação de divulgação: de um lado provocada pelo peso da arqueologia empresarial e de outro pela inserção de diferentes meios e mídias utilizadas na divulgação das pesquisas em atividade (Mackay e Karskens, 1999).

Nos Estados Unidos a profissionalização da arqueologia foi atingida no início do século XX como uma extensão da antropologia por influência direta de Boas. Todavia, a arqueologia histórica, pelo menos nos seus estágios iniciais, sempre esteve fortemente ligada aos estudos da história européia na América. Este primeiro período da arqueologia histórica norte-americana também tinha como preocupação primordial os grandes feitos e personagens históricos. Outra característica deste período foi que grande parte dos trabalhos nos Estados Unidos eram realizados por pré-historiadores, que no intuito de entender os povos pré-históricos, escavaram inúmeros sítios de contato, mas sem classificá-los como arqueologia histórica propriamente dita e sim como uma etno-história indígena (Cunzo e Jr, 2005). Outro papel de fixação da arqueologia histórica nos Estados Unidos foi o preservacionista, visto que as pesquisas nesse tipo de ocupação faziam parte de um grupo de ações e era apoiada por legislações sobre o patrimônio edificado. De acordo com Little (2009), não era difícil ver arquitetos executando escavações com financiamento público até 1930. Nas décadas seguintes, de 1940 e 1950, a abordagem tipológica e cronológica do histórico-culturalismo assume a frente dos debates. Poucas exceções tentam empregar uma visão de cultura como fenômeno, pois na época se observava um mar neo-evolucionista na arqueologia norte-americana. Neste período a arqueologia histórica fica sedimentada aos trabalhos de restauração, principalmente no contexto da arqueologia de salvamento.

Com a revolução epistemológica das décadas de 1960 e 1970, novas visões com origem nas discussões sobre direitos civis e minoritários começam a iluminar outros segmentos da sociedade norte-americana. A antropologia se aproxima da história, mas é a arqueologia processual ou nova arqueologia que toma a cena. Na mesma época o *National Historic Preservation Act* ou NHPA, de 1966, é o principal responsável tanto pela regulamentação da arqueologia empresarial nos Estados Unidos, quanto pela consolidação da arqueologia histórica no país, que no ano seguinte ganha sua associação a *Society for Historical Archaeology* ou SHA. Já nas décadas de 1980 e 1990, assim como aconteceu com outras ciências sociais, a arqueologia nos Estados Unidos vai sofrer influências com as investidas do pós-modernismo, buscando uma trans-disciplinaridade com foco na agência ou na prática, e também voltando suas atenções aos estudos de poder social, ideologia e gênero. Porém, é com as restrições do *Native American Graves Protection and Repatriation Act* ou NAGPRA, em 1990, e, no ano seguinte, com impacto da descoberta do *African Burial Ground* em Nova York,⁷ que transformações mais profundas na arqueologia e na arqueologia histórica norte-americana vão ocorrer. Estes eventos transportam a arqueologia nos Estados Unidos para um novo patamar de engajamento com as comunidades descendentes e com o interesse público (Deagan, 1982; Little, 1994; Paynter, 2000a; b). Hoje, a arqueologia histórica norte-americana aborda os mais diversos temas de investigação, tais como: centros urbanos, análises simbólicas, raça, classe, gênero, categorias ocupacionais, paisagem, sítios domésticos, rurais e industriais, capitalismo, consumo, cemitérios, campos de batalha e a responsabilidade social do arqueólogo (Little, 2009).

Na América do Sul, principalmente na Argentina, no Uruguai e no Brasil, a arqueologia histórica somente se afirmou após o retorno da democracia à América Latina, na década de 1980. Embora a prática sistemática de uma arqueologia nacionalista já venha sendo realizada no continente desde o século XIX (Nastri e Ferreira, 2010). Conforme Zarankin e Acuto (1999), a arqueologia histórica a partir de 1980 era marcada tanto pelo tradicionalismo, como abordagens histórico-culturalistas e evolucionistas, como também por influências processualistas e neo-evolucionistas. Na Argentina a arqueologia histórica teve início com os trabalhos em cidades coloniais, missões Jesuíticas e arqueologia urbana em Buenos Aires e Córdoba (Schávelzon, 2002). Nos anos seguintes pesquisas realizadas em fortes coloniais e até em represas indígenas ocorreram, mas em caráter excepcional, já que a grande maioria da arqueologia argentina

7 O NAGPRA foi uma lei promulgada nos Estados Unidos em 1990 que requereu as agências e instituições que recebiam financiamento federal uma obrigatoriedade de retornar aos povos indígenas norte-americanos seus enterramentos e itens relacionados às práticas funerárias. O African Burial Ground é um cemitério de mais de 400 escravos africanos dos séculos XVII e XVIII no centro de Nova York. Quando descoberto em 1991 uma pequena controvérsia se estabeleceu pela não presença de arqueólogos especialistas em diáspora africana e também afro-descendentes entre seus pesquisadores.

seguia uma cartilha processualista e a-histórica. Outro fator de discussão na arqueologia histórica argentina foi também a dicotomia entre o texto escrito e o vestígio arqueológico, onde para uma corrente o primeiro deveria ser subordinado ao segundo, enquanto para outra o intercâmbio entre as duas fontes é o melhor caminho (Romero, 2005). Na década de 1990 a arqueologia histórica argentina esteve muito focada nos séculos XVIII e XIX, mas também havia pesquisas mais ligadas à arqueologia forense, sobre sítios do “esquadrão da morte” no século XX. Já no Uruguai a arqueologia histórica sempre esteve ligada à construção de uma identidade nacional e utilizando uma abordagem extremamente descritiva. A partir de 1990 nota-se que algumas cidades coloniais uruguaias também começam a ser trabalhadas, mas por uma perspectiva mais arquitetônica (Funari, Zarankin *et al.*, 2009).

No Brasil a arqueologia histórica vem sendo realizada de forma sistemática desde a década de 1960 (Lima, 1993), especialmente em cidades coloniais e missões jesuíticas no sul do país (Kern, 1998). Centralizada principalmente na relação entre o colonizador europeu e os povos indígenas, esta arqueologia histórica ficou conhecida no país como arqueologia colonial (Lima, 1988). Trabalhando quase que exclusivamente como um “laboratório”, a pesquisa dos sítios arqueológicos brasileiros do período colonial [1500 a 1800 D.C.] foi conduzida em sua maioria por pré-historiadores e com objetivos de entender as sociedades ágrafas (Lima, 1999). Na década seguinte, fortes holandeses do século XVII e bases comerciais e militares dos Portugueses foram o alvo (Albuquerque, 1992). Já no início da década de 1980 a arqueologia da restauração também toma seu espaço, sendo que este tipo de arqueologia foi conduzida principalmente em monumentos históricos e por iniciativa governamental (Prous, 1991). Entretanto, os sítios escolhidos, assim como ocorreu nos Estados Unidos, eram em sua maioria representantes dos valores ocidentais, assim, somente sítios com destaque político, religioso ou militar eram priorizados (Funari, 2003). Funari (1997) também alerta que grande parte dessas arqueologias históricas no período não eram realizadas por arqueólogos e sim por arquitetos e historiadores da arte. Em alguns casos, Funari (2008) acredita que o atraso no desenvolvimento da arqueologia, e em específico no Brasil, foi consequência dos regimes militares, enquanto Schmitz (1994) sugere que a causa do desenvolvimento lento da arqueologia no Brasil se deu mais em função de diferentes orientações teórico-metodológicas e influências de perspectiva externa. Em meados de 1980 a arqueologia histórica no Brasil começou a crescer com novas gerações de arqueólogos historiadores pesquisando minorias étnicas, reinterpretando a historiografia oficial e coletando inúmeras coleções sobre a cultura material do cotidiano (Lima, 1999).

Após 1990, a arqueologia histórica brasileira continua em crescimento vertiginoso, focando no estabelecimento do capitalismo em diversas regiões do país,

em manifestações de consumo práticas e ideológicas, nas relações entre paisagem e poder e nos estudos sobre identidades e encontros culturais. Na região sul do país, as pesquisas no estado do Rio Grande do Sul estão centradas na arqueologia urbana de grandes centros como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, preocupadas em compreender práticas de descarte e formação de depósitos coletivos, a materialização da ideologia capitalista, rotas comerciais do período colonial e imperial, estâncias de criação de gado, indústria do charque, colonização europeia, e claro ainda interessadas no cotidiano das missões jesuíticas. Já em Santa Catarina as pesquisas se intensificam sobre os fortes militares, sítios subaquáticos e, novamente, são focadas em centros urbanos como Florianópolis; enquanto no Paraná o caminho de tropeiros e a escravidão africana, assim como o centro histórico de Curitiba são um ponto forte de estudo. Na região sudeste, as principais áreas urbanas investigadas ficam no estado de São Paulo. Neste estado, além da metrópole, a arqueologia histórica também se estende pelos sítios industriais, engenhos, sítios domésticos do século XIX e XX, espaços públicos, antigas estradas e depósitos contemporâneos de lixo. No Rio de Janeiro a arqueologia imperial do século XIX se mantém forte, assim como os engenhos coloniais, plantações de café, vilas operárias, fábricas, fortes e, mais recentemente, portos. Em Minas Gerais os quilombos do século XVIII, assim como os centros urbanos históricos, fazendas de café, estradas e, claro, as antigas minas de ouro e diamante são amplamente estudados. No Espírito Santo as pesquisas em arqueologia histórica são centradas principalmente em igrejas do século XVII e vilas do século XX. Na região nordeste, o estado de Pernambuco apresenta várias pesquisas sobre seu sistema defensivo de fortes, áreas comerciais, igrejas, conventos, engenhos de açúcar, e arqueologia urbana e subaquática em Recife. Em Alagoas os quilombos da Serra da Barriga e centros urbanos são constantemente pesquisados, enquanto em Sergipe a arqueologia urbana nas cidades históricas de São Cristóvão e Laranjeiras também têm ocorrido recentemente. No Rio Grande do Norte centros urbanos, casas coloniais e fortes são o foco; sendo que no Maranhão os sítios domésticos e monumentos oficiais tomam a vez, assim como os sítios litorâneos, igrejas e residências do século XIX no Ceará. Na Bahia os sítios de mineração, as cidades ribeirinhas, os engenhos, unidades rurais, os centros urbanos, e os espaços públicos coloniais são os mais estudados. Na região centro oeste o estado de Goiás apresenta fazendas escravistas e vilas mineradoras, assim como conflitos ambientais. Já no Mato Grosso as pesquisas são sobre fazendas escravistas e quilombos. E finalmente na região norte, a arqueologia histórica no Amazonas ocorre em antigas fazendas e regiões estuárias, assim como no Pará os estudos são sobre cidades ribeirinhas e centros urbanos como Belém (Lima, 1993; Symanski, 2009).

É claro que este foi apenas um brevíssimo panorama sobre as pesquisas arqueológicas históricas que vem sendo conduzidas na arqueologia brasileira nos

últimos anos. Desta forma é também possível inferir que a arqueologia histórica no Brasil tem se identificado nos últimos vinte anos com duas correntes de trabalho, uma mais ilustrativa e outra mais crítica (Symanski, 2009). Ressalta-se, no entanto, que uma discussão mais teórica acerca dos produtos destas pesquisas precisa e deve ser realizada. Não que o papel da arqueologia histórica brasileira esteja incompleto ou mesmo defasado frente ao conhecimento proporcionado pela arqueologia pré-histórica no país. Mas a falta de integração dos resultados, incluindo aqui os dados das arqueologias empresariais, assim como um eterno recomeçar “de novo” ao qual muitas pesquisas são submetidas tornam a realidade da arqueologia histórica brasileira segmentada e pode-se considerar essa falta de comunicação um verdadeiro atraso. E em um país de dimensões continentais como o Brasil, a execução de algumas “sínteses regionais” ou “esboços temporais” já seriam o começo de um diálogo entre estas diversas arqueologias históricas brasileiras e, quem sabe, até mundiais.

Um Paradoxo Tautológico?

Conforme Andrén (1997), arqueologia é um paradoxo de várias arqueologias, ilimitada, pois pode estudar desde o passado mais remoto até o cotidiano, e limitada, pois diferentes escolas divergem entre si e com outras ciências. Já Kelly (2005) defende que a arqueologia histórica tem se tornado um campo em franco crescimento nas últimas décadas, porém este crescimento também traz certo indeterminismo sobre as diversas arqueologias históricas que se realizam. Pois, primeiro, temos uma arqueologia mais cronológica com os determinismos dos períodos estudados: colonial, pós-colonial, industrial, etc; depois vem o recorte cultural ou uma arqueologia mais antropológica com seus diversos grupos sociais e matizes étnicas; e, por fim, uma arqueologia mais teórica que se debruça sobre as transformações sociais da implantação do capitalismo, ou da propagação do ideário moderno. Enquanto Little (2007) entende que há na arqueologia histórica apenas uma clássica divisão que a acompanha desde seu nascimento, alguns por considerá-la uma ciência social como a antropologia, ou outros como uma ciência humana como a história. Entretanto, em um ponto todos os autores concordam: é a diversidade de abordagens que proporciona a riqueza de interpretação da cultura material executada pela arqueologia histórica hoje.

Como antropologia, a arqueologia histórica objetiva investigar, descrever e explicar o comportamento humano, seu foco aqui é reconstruir o modo de vida das pessoas. Reconstruir modos de viver passados é descrever seus tipos de comida, padrões de moradia, vida cotidiana, relações econômicas, estruturas sociais, enfim, a cosmovisão de determinados grupos culturais. E tudo isso com o objetivo final de entender processos regionais e globais mais amplos como o colonialismo, o capitalismo e a escravidão. Mrozowski (1988) há tempos sugere

que a arqueologia histórica pode ser bem mais do que uma história social, e que a cultura material pode servir como um indicador primário de comparação cultural muito além do tempo e espaço. Para Mrozowski a abordagem interdisciplinar da arqueologia histórica pode, por exemplo, fazer importantes contribuições sobre o processo de urbanização no mundo e a história ambiental; e, em últimas, instâncias até sobre as sociedades complexas e a origem do estado.

Como história, a arqueologia histórica procura o conhecimento e entendimento da condição humana com a tarefa de confirmar, suplementar e ou desafiar a história que nós conhecemos somente através de documentos escritos. Embora também use dados e métodos históricos, a arqueologia histórica propõe-se a re-escrever a história através de inúmeras questões e interpretações alternativas, todas proporcionadas pela cultura material. Schuyler (1988) há tempos também vê a “etnografia histórica” ou “história etnográfica” como duas das maiores tradições e futuro quase incondicional das investigações arqueológicas do mundo contemporâneo. A etnografia histórica é o estudo que inclui tanto antropólogos quanto historiadores sociais, quando os primeiros cruzam as fronteiras e exploram comunidades além das suas próprias, e quando os historiadores atravessam o tempo para estudar períodos mais antigos. A história etnográfica, por outro lado, é o reconhecimento de que a cultura chega até nós em forma de história, e através de unidades holísticas com indícios temporais e espaciais.

A arqueologia histórica que conhecemos hoje nasceu indubitavelmente como um sub-campo da arqueologia norte-americana. O pensar a arqueologia histórica surge no final do século XIX através dos trabalhos de Félix Martin no Canadá (Gordon, 2004) e de James Hill nos Estados Unidos (Deagan, 1982). Entretanto, estes trabalhos não possuíam um método propriamente científico, ou mesmo uma teoria explícita que os subsidiasse; ao contrário, eram escavações que priorizavam os personagens e lugares famosos da historiografia oficial. Outro expoente que marcou esta prática nascente da arqueologia histórica e que também foi reproduzido aqui no Brasil é a chamada arqueologia da restauração ou reconstrução. Esta prática foi introduzida com os trabalhos em Williamsburg e Jamestown na década de 1920 (Lightfoot, 1995). As escavações nestas duas cidades do período colonial inglês nos Estados Unidos tinham por fundamento a restauração e, em alguns casos, reconstrução dos casarios do século XVIII, mas somente do ponto de vista arquitetônico. Neste princípio o pensamento arqueológico histórico também possuía um viés de coleção de artefatos, onde o que importava eram os grandes personagens e os grandes feitos históricos.

Noble (1996) fala um pouco sobre os problemas da chamada arqueologia da restauração e reconstrução. Para ele a arqueologia histórica tem o poder de fazer contribuições substantivas tanto para a reconstrução física quanto comportamental do passado histórico. Porém, diferente de um profissional preservacionista, o ar-

queólogo não busca, ou pelo menos não deveria buscar, apenas a “autenticidade”, mas sim uma entre várias interpretações dos dados coletados. Outra característica do arqueólogo historiador frente ao profissional preservacionista, e mesmo aos seus colegas pré-historiadores, é de que o primeiro não depende totalmente do vestígio arqueológico, ou até de alguma analogia, para sua interpretação. Entretanto, esta proximidade com seu objeto de estudo é também uma armadilha, pois faz com que a arqueologia histórica tenha que trabalhar muito mais duro para realmente apresentar algo que tenha importância.

Todavia, o grande divisor de águas na forma como eram pensadas as pesquisas na arqueologia histórica veio com a necessidade de entender os “povos sem história” e de uma iniciativa fora do mundo anglo-americano, que começou a desenvolver novos questionamentos e perspectivas. Um desses feitos ocorre já em 1943 com os achados “acidentais” de Adelaide e Ripley Bullen (1945), que, observando objetos de uso cotidiano em uma escavação arqueológica de uma casa habitada por afro-americanos, acabam por contradizer vários documentos oficiais sobre os mesmos na época. A partir deste trabalho a arqueologia histórica deixa de simplesmente confirmar e provar fatos da historiografia oficial e passa a levantar questões e examinar valores sobre o passado, que antes era apenas registrado em documentos escritos. Assim como aconteceu com outras arqueologias, a arqueologia histórica vai sofrer influência de diferentes correntes teóricas, e como exemplo disso podemos analisar os trabalhos de três expoentes nas décadas seguintes: Noël Hume, em 1960, e Stanley South e James Deetz em 1970.

Hume (2001), com sua abordagem um tanto quanto histórico-culturalista, mostra a importância dos estudos sobre a cultura material histórica, não somente para diferenciar a arqueologia histórica de outras tantas arqueologias, mas também para caracterizar e re-significar o freqüente exercício de investigação do passado recente. Hume interpreta a cultura material como páginas tridimensionais da história. Apesar de seu classifismo, o objeto não é tido como o alvo final da escavação, e sim o meio para um fim. Hume emprega uma abordagem mais narrativa, que acaba por definir a arqueologia histórica como uma forma de arte, e não como uma ciência. O artefato nesta perspectiva torna-se, então, não um possível reflexo de algum padrão cultural, ou mesmo pistas apagadas de regras culturais, mas sim um representante fiel do modo de vida no passado. Em uma crítica a este pensamento, Little (2007) alerta que a materialidade do espaço histórico vai além de objetos.

South (2002) nos apresenta outra perspectiva com um método mais sistemático de trabalhar registros materiais recentes, adotando uma linha claramente processualista para aplicar um mínimo de ordem aos dados, e assim demonstrar padrões de regularidade no depósito arqueológico. South entende que o estudo das variações e freqüências no depósito arqueológico pode revelar as condições

dinâmicas de uma formação estática para os mesmos. Porém este entendimento só ocorre, segundo South e toda a escola processualista, através de uma posição teórica tomada de antemão pelo arqueólogo. South (1977b) argumenta sobre a necessidade de construção de hipóteses testáveis sobre o objeto de estudo, e a procura por leis que podem emergir desta pesquisa. Este caráter nada empírico também admite que certas características das investigações arqueológicas possam alterar o curso da pesquisa, mas reforça que esta característica deve ser corrigida a fim de gerar novas abordagens. O extremamente funcionalista ponto de vista de South é reforçado pela aplicação de uma parafernália de fórmulas e cálculos, que em nada difere de seu mentor, o pré-historiador Lewis Binford (Thurman e Binford, 1998), na tentativa de criar uma lei comum a todos os vestígios arqueológicos, sejam eles de origem pré-histórica ou histórica.

Deetz (1996), por sua vez, propõe uma terceira alternativa nesta discussão, com um pensamento um tanto precoce e bastante pós-processualista, ao apresentar uma perspectiva bem mais estruturalista na arqueologia histórica. Para ele a arqueologia histórica não possui apenas um singular objeto de estudo, mas, mais do que isso, ela possui um fazer único, o que gera um conhecimento ainda mais particular. Um dos princípios básicos para Deetz é a enorme variedade com a qual a cultura material é representada em períodos históricos, totalmente diferentes de seus predecessores pré-históricos: seja em forma, material ou mesmo local de origem. Segundo Deetz o grande objetivo traçável pela arqueologia histórica não está somente no conteúdo, mas sim na sua mensagem. Em uma abordagem um tanto quanto idealista, Deetz rastreia e investiga a mudança da mentalidade medieval para o conceito de modernidade na civilização ocidental. Esse autor entende a arqueologia histórica além da cultura material, pois também incorpora informações da arquitetura e da geografia em seus estudos sobre o ideário inglês Georgino no cotidiano norte-americano do século XVIII.

Shackel e Little (1992) também discutem sobre algumas destas abordagens que nascem após 1980, e que exploram a natureza ativa e simbólica da cultura material. Numa leitura francamente pós-processualista, para estes autores o depósito arqueológico, é visto como um texto que precisa ser decodificado, e as relações de poder e dominação como um grupo de conflitos que deflagram sua geração. Seguindo um frutífero caminho, Shackel e Little introduzem alguns pensadores que tiveram com seu trabalho uma influência fundamental na formação do recente pensamento arqueológico histórico. Entre estes podemos destacar: Anthony Giddens (1979), que estabelece em suas obras alguns fundamentos básicos para a compreensão da vida social, Pierre Bourdieu (2000), que com a noção de *habitus* expande nosso entendimento da e sobre a cultura material, e Michel Foucault (2008), que apresenta a íntima ligação entre o poder e as relações sociais. Por fim, para Shackel e Little a arqueologia pós-processual histórica

não evita a formulação de leis gerais como muitos de seus críticos acreditam, apesar de que esta possui um vocabulário ainda em construção. Entretanto, a arqueologia histórica pós-processual ainda não está pronta para ser categorizada e formalizada, pois trata-se de um processo em formação entre a aplicabilidade de hipóteses e a teorização do método.

Para Kelly (2005), contudo, as transformações atuais na arqueologia histórica não ocorrem somente no campo teórico, mas essencialmente no campo prático, onde vários estudos fora do mundo anglo-americano têm se tornado hoje o foco principal em pesquisas sobre grupos subalternos e periféricos. Outra característica destes estudos, principalmente os situados fora do hemisfério norte, é a clara visão que se tem sobre a construção do contemporâneo, onde, através da investigação do modo de vida burguês, a arqueologia histórica possa até mesmo vir a ser uma arqueologia do surgimento e da disseminação do capitalismo fora da Europa. Desta forma, o aumento do número de pesquisas na América Latina, África e no Pacífico trazem novas e importantes perspectivas tanto na metodologia quanto na teoria da arqueológica histórica (Orser, 2008). Hoje, a arqueologia histórica aborda diferentes pensamentos, desde uma visão mais crítica que levanta questões sobre para quem e por quem é feito o passado; até concepções mais plurais que envolvam discussões de escala, capitalismo, desigualdade, patrimônio e memória (Orser, 2009). Entretanto, uma sintonia se mantém perante estas e diversas arqueologias históricas: o interesse de investigar um passado recente e cotidiano que nem sempre está representado nas fontes oficiais. A formação do mundo contemporâneo é um processo dinâmico e atual, onde diferentes paradigmas surgem e são suplantados diariamente; cabe então ao arqueólogo historiador não somente estudar este processo, mas sim - e infelizmente poucas vezes - fazer uso deles.

Arqueologias Contemporâneas

No mundo contemporâneo, a arqueologia histórica, ou até mesmo o que podemos chamar de vários estudos materiais do presente, é um instrumento que revela muito mais do que simplesmente a cultura, a história, ou os seus vestígios. Recuperando diversas mentalidades presentes em aspectos materiais do cotidiano, a arqueologia histórica também descobre ações concretizadas em rotinas conscientes e inconscientes de seus diversos atores sociais letrados ou não, e das mais diversas matizes, principalmente em diferentes espaços e tempos. Arqueologia histórica é um ramo do saber que estuda uma coleção de fatos que dão sentido às transformações políticas, econômicas e sociais na criação de um “novo mundo”. Partindo dos conceitos apresentados por Orser (1996), a arqueologia histórica hoje pode ser dividida em três tipos: como um estudo de um período histórico ou a seqüência natural dos estudos desde a pré-história sobre

as sociedades com escrita; uma pesquisa sobre culturas não letradas, no caso de sociedades tradicionais e que tiveram contato com outras sociedades letradas; ou, como abordado aqui, como um conhecimento sobre a formação do mundo contemporâneo através de campos multi e interdisciplinares que dividem uma relação especial com as disciplinas da antropologia e história visando entender a natureza global da vida atual.

Entretanto, independente de em qual tipo a sua arqueologia histórica se encaixe, os objetos vão ser mais do que simples suportes materiais da história, lembranças físicas de um passado, representações substanciais de outras culturas ou mesmo elementos palpáveis para uma analogia; como mostra a arqueologia histórica. Os artefatos são informação por si, e cada vestígio da cultura material tem um valor incalculável como uma cápsula espaço-temporal sobre as sociedades humanas. Em resumo, os objetos são construções materiais que não só representam e apresentam idéias, mas que também criam idéias sobre nós e para nós mesmos. E, como já foi bem colocado por Gordon Childe⁸, a cultura material tem também uma eterna condição dialética de passiva e ativa com o pesquisador. Entrando um pouco neste viés, é claro que atualmente uma posição absolutamente positivista de ciência é totalmente questionável. Porém, o que temos que ter em mente é que, em se tratando de ciências sociais e humanas, o pesquisador é ao mesmo tempo investigador e investigado da sua condição de estudo. Os artefatos são indubitavelmente fontes de informação, eles possuem propriedades intrínsecas e atributos extrínsecos, que, em combinação ou não, fornecem informação das mais variadas sobre sociedades pretéritas ou mesmo atuais.⁹ Artefatos, por exemplo, no mundo contemporâneo e capitalista, podem ser estudados como mercadorias, e neste caso o objeto serve para conectar o produtor e o consumidor, e eventualmente o comerciante o qual transforma o objeto em valor.¹⁰ Diversos elementos ilustram como a mentalidade de diversas sociedades antigas e atuais se materializam em ações cotidianas, as quais podem ser capturadas pela arqueologia histórica. Neste processo de captura, a arqueologia histórica segue por vários flancos, com diferentes razões, e também em diversas formas, como foi demonstrado anteriormente ao longo deste texto.

Por fim, a arqueologia histórica pode ser definida como uma ciência que, a partir da cultura material, trabalha a formação de grupos sociais contemporâneos,

8 “Ele sempre expressou um otimismo de que certo dia os arqueólogos conseguiram fazer mais do que simplesmente usar a cultura material” (Mcguire, 2002:102).

9 Para uma completa discussão sobre o assunto ver: (Gardin, 1979)

10 O valor do objeto pode ser dividido em três tipos: o valor de uso, valor de troca e o valor estético. O valor de uso corresponde à funcionalidade do objeto, o para o que este é feito. O valor de troca é o valor comercial do objeto, o qual depende do mercado, da oferta e da procura. Em terceiro existe o valor estético, ou sentimental, do objeto, que necessariamente não é o mesmo dos anteriores, mas é igualmente importante (Orser e Fagan, 1995:83-93).

¹¹ que possuem ou não outras formas de registro histórico. Esta posição ilustra a capacidade da arqueologia histórica, que, mesmo com as dificuldades de uma análise global, pode exercer uma pesquisa conduzida para resolver temas amplos e atuais. O emprego de uma perspectiva multi e interdisciplinar neste caso não é somente uma estratégia de pesquisa, mas sim a consciência de que vivemos em um sistema global, um sistema mundial com ambas as expressões materiais e espaciais, que são a chave para entender a dispersão de diversas mentalidades no mundo de hoje. Como exemplos, podemos ressaltar na arqueologia histórica ambiental (Deagan, 2008) ou na arqueologia eco-histórica (Costa, 2011) uma preocupação não só em responder questionamentos passados, mas também em compreender problemas presentes, e, quem sabe, até prever futuros. Não só uma abordagem plural do que se entende por arqueologia histórica é necessária, mas sim um entendimento diverso do que vem a ser o contemporâneo.

Considerações Finais

Arqueologia histórica é mais do que contar histórias antigas, é uma visão contemporânea sobre o passado que, assim como o presente, é composto por um mosaico de idéias e ações. O presente texto é um reflexo desse entendimento, pois, como múltiplas são as arqueologias históricas, várias são suas práticas e pensamentos em locais e épocas diferentes. Portanto, diferente da arqueologia pré-histórica, a arqueologia histórica não procura um passado único e comum para todo o ser humano, mas sim a sua ramificação em diferentes sociedades com espaços e tempos distintos.

Agradecimentos

Este texto não seria possível sem as conversas e revisões de Renata de Godoy, assim como o olhar crítico e sugestões do corpo editorial da revista, meu muito obrigado.

11 Entendo aqui por grupos sociais contemporâneos qualquer junção ou segmentação da sociedade em seus aspectos econômicos, políticos, religiosos, étnicos, gênero, idade, genético ou mesmo virtual. Para uma discussão mais completa ver: (Velho, 2009)

Bibliografia

- ACUTO, F. A.; ZARANKIN, A. Introducción: aun sedientos. In: ZARANKIN, A.; ACUTO, F. A. (Ed.). *Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 1999.
- ALBURQUEQUE, M. Arqueologia Histórica: Arquitetura e Restauração. *Clio - Série Arqueológica* [S.I.], v. 1, n. 8, 1992.
- ALCOCK, S. E.; OSBORNE, R. *Classical archaeology*. Malden, Oxford, Carlton: Wiley-Blackwell, 2007.
- ANDRÉN, A. *Between Artifacts and Texts: Historical Archaeology in Global Perspective*. New Yorker and Lodon: Plenum Press, 1997. (Contributions to Global Historical Archaeology).
- ARNOLD, B. The Past as Propaganda: Totalitarian Archaeology in Nazi Germany. In: MURRAY, T.; EVANS, C. (Ed.). *Histories of archaeology: A reader in the history of archaeology*. Oxford Oxford University Press 2008.
- AUSTIN, D. The 'Proper Study' of Medieval Archaeology. In: AUSTIN, D.; ALCOCK, L. (Ed.). *From the Baltic to the Black Sea: Studies in medieval archaeology*. London: Routledge, 1997.
- BAUDOUE, E. Arkeologins socialisering och de första föreläsningarna vid Stockholms högskola. *Fornvännen* [S.I.], v. 105, 2010.
- BOURDIEU, P. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: UBA/ Eudeba, 2000.
- BULLEN, R. P. A. A. K. B. Black Lucy's Garden. *Bulletin of the Massachusetts Archaeological Society* [S.I.], v. 6, n. 2, 1945.
- BURKE, P. *A Escrita da Historia - Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARVALHO, R. B. S. A Filologia e seu Objeto Diferentes Perspectivas de Estudo. *Revista Philologus* [S.I.], 2003.
- CHANG, K. C. Archaeology and Chinese Historiography. *World Archaeology* [S.I.], v. 13, n. 2, 1981.
- CHARLTON, T. H. *et al.* Historical Archaeology in Central and Northern Mesoamerica: Development and Current Status. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Ed.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009.

- CHATTOPADHYAYA, B. *Studying Early India: Archaeology, Texts and Historical Issues*. London: Anthem Press, 2006.
- CLINE, E. H. *Biblical archaeology: A very short introduction*. New York: Oxford University Press 2009.
- COSTA, D. M. *Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of Lavras do Abade*. Saarbrücken: LAP Lambert Academic Publishing, 2011.
- COURTNEY, P. The Current State and Future Prospects of Theory in European Post-Medieval Archaeology. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Ed.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009.
- CUNZO, L. A. D.; JR, J. H. J. *Unlocking the Past: Celebrating Historical Archaeology in North America*. Gainesville: University Press of Florida, 2005.
- DEAGAN, K. Avenues of Inquiry in Historical Archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory* [S.I.], v. 5, 1982.
- DEAGAN, K. A. Environmental Archaeology and Historical Archaeology. In: REITZ, E. J. *et al* (Ed.). *Case Studies in Environmental Archaeology* New York: Springer, 2008.
- DEETZ, J. *In Small Things Forgotten: An Archaeology of Early American Life*. New York: Anchor Books, 1996.
- DYSON, S. L. *In pursuit of ancient pasts: A history of classical archaeology in the nineteenth and twentieth centuries*. Devon: Yale University Press, 2006.
- EGAN, G. The Development of Post-Medieval Archaeology in Britain: A Historical Perspective. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Ed.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOURNIER-GARCIA, P.; MIRANDA-FLORES, F. A. Historic Sites Archaeology in Mexico. *Historical Archaeology* [S.I.], v. 26, n. 1, 1992.
- FUNARI, P. *et al*. Historical Archaeology in South America. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Ed.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009.

- FUNARI, P. P. History of Archeology in Brazil. In: MURRAY, T.; EVANS, C. (Ed.). *Histories of Archaeology: A Reader in the History of Archaeology*. Oxford: Oxford University Press 2008.
- FUNARI, P. P. A. Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. *International Journal of Historical Archaeology* [S.I.], v. 1, n. 3, p. 189-206, 1997.
- _____. Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço. In: VOGT, C. (Ed.). *Arqueologia*. n. 04/17/2009: Com Ciência, 2003.
- FUNARI, P. P. A. *et al.* Introduction: archaeology in history. In: A. FUNARI, P. P. *et al.* (Ed.). *Historical archaeology: back from the edge*. London New York: Routledge, 1999.
- GARDIN, J.-C. *Une Archéologie Théorique*. Paris: Hachette, 1979. (L'Esprit critique).
- GERRARD, C. *Medieval Archaeology: Understanding Traditions and Contemporary Approaches*. London: Routledge 2002.
- GHOSH, A. *An encyclopaedia of Indian archaeology*. New Delhi: BRILL, 1989.
- GIDDENS, A. *Central Problems in Social Theory*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1979.
- GORDON, A. Heritage and Authenticity: The Case of Ontario's Sainte-Marie-among-the-Hurons. *The Canadian Historical Review* [S.I.], v. 85, n. 3, 2004.
- HALL, M. Great Zimbabwe and the Lost City. In: UCKO, P. J. (Ed.). *Theory in archaeology: a world perspective*. New York: Routledge, 1995.
- HALL, M.; SILLIMAN, S. W. Introduction: Archaeology of the Modern World. In: HALL, M. (Ed.). *Historical archaeology*. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell, 2006.
- HARRINGTON, J. C. Archeology as an Auxiliary Science to American History. *American Anthropologist* [S.I.], v. 57, n. 6, 1955.
- HODGES, R.; WHITEHOUSE, D. *Mohammed, Charlemagne & the origins of Europe*. New York: Cornell University Press, 1983.
- HUME, I. N. *A Guide to Artifacts of Colonial America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

- IKAWA-SMITH, F. Co-Traditions in Japanese Archaeology. *World Archaeology* [S.I.], v. 13, n. 3, 1982.
- _____. Practice of Archaeology in Contemporary Japan. In: LOZNY, L. R. (Ed.). *Comparative Archaeologies*. New York: Springer 2011. p. 675-705.
- JOYCE, R. A. Mesoamerica: A Working Model for Archaeology. In: HENDON, J. A.; JOYCE, R. A. (Ed.). *Mesoamerican archaeology: theory and practice*. Malden, Oxford, Carlton: Wiley-Blackwell, 2004.
- KELLY, K. G. Historical Archaeology. In: HERBERT, D. G. M.; CHIPPIINDALE, C. (Ed.). *Handbook of Archaeological Methods*. London: Altamira Press, 2005.
- KERN, A. A. Pesquisas Arqueológicas e Históricas nas Missões Jesuítico-Guaranis (1985-1995). In: KERN, A. A. (Ed.). *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. (Coleção Arqueologia).
- KOCH, W. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEONE, M.; POTTER, P. (Eds.) *Historical Archaeologies of Capitalism. Contributions to Global Historical Archaeology*. New York: Kluwer/Plenum, Contributions to Global Historical Archaeologyed. 1999.
- LIGHTFOOT, K. G. Culture Contact Studies: Redefining the Relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity* [S.I.], v. 60, n. 2, 1995.
- LIMA, T. A. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. *Clio - Série Arqueológica* [S.I.], v. 5, p. 87-99, 1988.
- _____. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista* [S.I.], v. 1, 1993.
- _____. Historical Archaeology in Brazil. n. 13/03/2006: Society for American Archaeology Bulletin, 1999.
- LITTLE, B. J. People with history: An update on historical archaeology in the United States *Journal of Archaeological Method and Theory* [S.I.], v. 1, n. 1, p. 1573-1764, 1994.
- _____. *Historical Archaeology: why the past matters*. Walnut Creek: Left Cost Press, 2007.

- _____. Family Resemblances: A Brief Overview of History, Anthropology, and Historical Archaeology in the United States. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Ed.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009.
- MACKAY, R.; KARSKENS, G. Historical Archaeology in Australia: Historical or Hysterical? Crisis or Creative Awakening? , v. Australasian Historical Archaeology, n. 17, 1999.
- MATTHEWS, R. *The archaeology of Mesopotamia: theories and approaches*. London: Routledge, 2003.
- MCGUIRE, R. H. *A Marxist Archaeology*. New York: Percheron Press, 2002.
- MOOREY, P. R. S. *A century of biblical archaeology*. Cambridge: Westminster John Knox Press, 1991.
- MROZOWSKI, S. A. Historical Archaeology as Anthropology. *Historical Archaeology* [S.I.], v. 22, n. 1, p. 18-23, 1988.
- NASTRI, J.; FERREIRA, L. M. Introducción: Por una historia comparada de la arqueología sudamericana. In: NASTRI, J.; FERREIRA, L. M. (Ed.). *Historias de Arqueología Sudamericana*. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2010.
- NOBLE, V. E. Yesterday, Today, and Tomorrow: A Plea for Change in the Practice of Historical Archaeology. *Historical Archaeology* [S.I.], v. 30, n. 2, p. 74-84, 1996.
- ORSER, C. E. *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York London: Kluwer/Plenum, 1996. (Contributions to Global Historical Archaeology).
- _____. Historical Archaeology as Modern-World Archaeology in Argentina. *International Journal of Historical Archaeology* [S.I.], v. 12, 2008.
- _____. Twenty-First-Century Historical Archaeology. *International Journal of Historical Archaeology* [S.I.], v. 18, 2009.
- ORSER, C. E.; FAGAN, B. M. *Historical Archaeology*. New York: HarperCollins, 1995.
- PATERSON, A.; WILSON, A. Australian historical archaeology: Retrospects and prospects. *Australian Archaeology* [S.I.], v. 50, 2000.
- PAYNTER, R. Historical and Anthropological Archaeology: Forging Alliances. *Journal of Archaeological Research* [S.I.], v. 8, n. 1, 2000a.

- _____. Historical Archaeology and the Post-Columbian World of North America. *Journal of Archaeological Research* [S.I.], v. 8, n. 3, 2000b.
- POLLOCK, S.; BERNBECK, R. Introduction. In: POLLOCK, S.; BERNBECK, R. (Ed.). *Archaeologies of the Middle East: critical perspectives*. Malden, Oxford, Carlton: Wiley-Blackwell, 2005.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Belo Horizonte: UNB, 1991.
- RATHJE, W.; MURPHY, C. *Rubbish!: The Archaeology of Garbage*. New York: Harper Perennial, 1992.
- REID, A.; LANE, P. J. African historical archaeologies: An Introductory Consideration of Scope and Potential. In: REID, A.; LANE, P. J. (Ed.). *African historical archaeologies*. New York: Springer, 2004.
- ROMERO, F. G. O. A Brief Overview of the Evolution of Historical Archaeology in Argentina. *International Journal of Historical Archaeology* [S.I.], v. 9, n. 3, 2005.
- SCHÁVELZON, D. *The Historical Archaeology of Buenos Aires: A City at the End of the World*. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- SCHMIDT, P. R.; WALZSOURCE, J. R. Re-Representing African Pasts through Historical Archaeology. *American Antiquity* [S.I.], v. 72, n. 1, 2007.
- SCHMITZ, P. I. Brazil: Tendencies and Growth. In: OYUELA-CAYCEDO, A. (Ed.). *History of Latin American Archaeology* Brookfield: Avebury, 1994.
- SCHUYLER, R. L. Archaeological remains and anthropology: a call for a new culture history. *Historical Archaeology* [S.I.], v. 22, n. 1, p. 36-42, 1988.
- SHACKEL, P. A.; LITTLE, B. J. Post-Processual Approaches to Meanings and Uses of Material Culture in Historical Archaeology. *Historical Archaeology* [S.I.], v. 26, n. 3, p. 5-11, 1992.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. *ReConstructing Archaeology: Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SHUYLER, R. L. (Ed.) *Historical Archaeology: A guide to Substantive and Theoretical Contributions*. Farmingdale: Baywood Publishing Co.ed. 1978.

- SILVERMAN, H. Space and time in the Central Andes. In: SILVERMAN, H. (Ed.). *Andean archaeology*. Massachusetts: Blackwell, 2004.
- SOUSA, A. M. D. Toponímia da Amazônia Ocidental Brasileira: Marcas da Cultura dos Primeiros Desbravadores na Nomenclatura Geográfica Acreana. *Revista Philologus* [S.I.], n. 48, 2010.
- SOUTH, S. *Research Strategies in Historical Archaeology*. New York, 1977b. (Academic Press).
- _____. *Method and Theory in Historical Archaeology*. New York: Percheron Prerss, 2002.
- STAHL, A. B. Introduction. Changing Perspectives on Africa's Pasts. In: STAHL, A. B. (Ed.). *African Archaeology: A Critical Introduction*. Malden, Oxford, Carlton: Wiley-Blackwell, 2004.
- STARK, M. T. Contextualizing an Archaeology of Asia. In: STARK, M. T. (Ed.). *Archaeology of Asia*. Malden, Oxford, Carlton: Wiley-Blackwell, 2006.
- STRICKLAND, C. *Arquitetura Comentada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (Ed.). *Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural: Annablume / Acervo*, 2009.
- THURMAN, M. D.; BINFORD, L. R. Conversations with Lewis R. Binford on Historical Archaeology. *Historical Archaeology* [S.I.], v. 32, n. 2, p. 28-55, 1998.
- TONG, E. Thirty years of Chinese archaeology (1949-1979) In: KOHL, P. L.; FAWCETT, C. P. (Ed.). *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- VELHO, G. Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas. *Sociologia, Problemas e Práticas* [S.I.], v. 59, 2009.
- WENDRICH, W. Epilogue: Eternal Egypt Deconstructed. In: WENDRICH, W. (Ed.). *Egyptian Archaeology*. Chichester: Blackwell, 2010.

